

À CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA AMBIENTAL DE MINAS GERAIS – CMI/COPAM

Processo nº: 1370.01.0048387/2021-23

Referência: Relato de Vista que objetiva analisar o PA/SLA/Nº 780/2021, cujo requerente é a COMPANHIA GERAL DE MINAS – CGM (CNPJ nº 60.580.396/0001-15) – Atividade principal do empreendimento: Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro – Poços de Caldas/MG.

1) Relatório:

O processo em debate foi pautado para ser julgado na 92ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias do COPAM, realizada no dia 28/10/2022. Na ocasião, foi requerida vista pelos conselheiros representantes das seguintes entidades: Fundação Relictos de Apoio ao Parque do Rio Doce (Relictos), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Sociedade Mineira de Engenheiros (SME).

Conforme se extrai de informações disponíveis no Parecer nº 284/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2022 (PARECER ÚNICO Nº 284/2022), a empresa “é titular de processos minerários da ANM nos estados de Minas Gerais e de São Paulo, e tendo em vista a interdependência das atividades em áreas contíguas do empreendimento, busca a renovação unificada de licença de operação para 23 poligonais de processos ANM, no estado de MG, regularizadas através de 27 licenças ambientais, a saber: 11 LAS/RAS, 5 RevLO, 1 LO, 1 LP+LI, 1 LP+LI+LO e 8 AAFs. Busca, ainda, o licenciamento de áreas adicionais de extração de bauxita e áreas operacionais nas poligonais já licenciadas, sem ampliação/alteração dos parâmetros de licenciamento”.

A renovação unificada em comento abarca a produção bruta (ROM) de 800.000 t/ano de minério de alumínio; a produção bruta (ROM) de 48.400 t/ano de argila/argila refratária/rocha potássica; o beneficiamento de 300.000 t/ano de minério de alumínio em UTM e 9,4 km de extensão de estradas externas ao empreendimento para o transporte de minério. Conforme análise da SUPRAM Sul dos estudos apresentados pelo empreendedor, no período de vigência das licenças ambientais não houve ampliação da capacidade produtiva ou modificações de processos no empreendimento.

Insta salientar que, durante a tramitação do processo, em razão da complexidade do requerimento, ocorreu a alteração da modalidade do licenciamento de LAS/RAS para LAC2. Conforme informações disponibilizadas pelo órgão licenciador, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (publicado dia 15/03/2022) para viabilizar a continuidade da operação do empreendimento e as informações complementares solicitadas foram atendidas integralmente pela empresa.

Adiante, serão suscitadas as questões meritórias em destaque no requerimento;

2) Do Mérito:

Segundo os parâmetros da DN 217/17, no que se refere à produção licenciada, o empreendimento enquadra-se em porte grande (>500.000 t/ano para A -02 -01 -1 Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro), o que resultou na mudança da modalidade de LAS/RAS para LAC2. Atualmente, a produção média anual da CGM é de aproximadamente 550 kt/ano.

A ampliação ou adição dos novos corpos foi solicitada em 10 das 23 concessões, em observância ao §6º do Art. 8 da DN COPAM 217/17 c/c ofício nº 0325177/2020 SUPRAM-SM. Segundo informações do processo, todas as ampliações acontecem apenas no município de Poços de Caldas, que forneceu a Certidão de Regularidade de Atividade Quanto ao Uso e à Ocupação de Solo para cada uma das respectivas concessões (anexo P dos autos em debate).

Segundo a equipe interdisciplinar da SUPRAM SM responsável pela análise do processo, de suma importância observar os seguintes pontos:

- A região onde o empreendimento encontra-se instalado possui baixo potencial de ocorrência de cavidades e não há nenhuma cavidade cadastrada na região de influência do empreendimento.
- Apesar de se tratar de processo de Renovação de Licença de Operação, e consequentemente não ter sido considerada a incidência de critério Locacional, foram solicitados os estudos referentes aos critérios locacionais: “Localização prevista em Reserva da Biosfera” e “supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica extrema”.
- A supressão vegetal está prevista para acontecer em 11 das 23 concessões que estão no processo de renovação conjunta. A intervenção em fragmentos de vegetação nativa será pontual e atingirá pequenos trechos de área que já se encontram descaracterizados em função da pretérita fragmentação e, portanto, ocasionará impactos pouco relevantes à flora, não implicando extinção de espécies, bem como isolamento de fragmentos e de populações.
- O somatório das vazões outorgadas nas Certidões de Registro de Uso Insignificante de Recursos Hídricos e nas Portarias de Outorga de titularidade de Companhia Geral de Minas - CGM totalizam 14.968,8 m³/mês, sendo superior ao consumo máximo mensal do empreendimento para a finalidade de aspersão/desempoeiramento/umectação de vias.

Por fim, a equipe técnica se posicionou no sentido de que o sistema de controle ambiental da empresa apresenta desempenho satisfatório e, sob a ótica jurídica do pedido, o requerimento atendeu à todas as exigências constantes na legislação em vigor para fins de obtenção da renovação pretendida.

3) Das Considerações Finais:

Diante de todo o exposto, somos favoráveis ao DEFERIMENTO da referida licença, nos termos do Parecer nº 284/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2022 (PARECER ÚNICO Nº 284/2022), elaborado pela equipe da SUPRAM SM.

É o parecer.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2022.

Mariana de Paula e Souza Renan

Representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG